



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

**ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA MULHER**

DATA: 12/06/2018

HORÁRIO: 09H00MIN

Pontos da pauta:

Apresentação do balanço das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de 2014-2017 à nova gestão;

- Apresentação e aprovação das Atas da 51ª Reunião Ordinária do CNDM e do grupo de trabalho que discutiu a Eleição CNDM 2018-2021;
- Informes dos balanços das Câmaras Técnicas; e,
- Discussão do balanço de Atividades do CNDM – gestão 2014-2017.

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, A Secretária Nacional de Políticas para Mulheres, Sra. Aparecida Moura, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, declara aberta a quinquagésima segunda Reunião Ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes ao balanço das atividades do CNDM de dois mil e quatorze à dois mil e dezessete à nova gestão; apresentação e aprovação das atas da quinquagésima primeira reunião ordinária do CNDM e do grupo de trabalho que discutiu a eleição CNDM dois mil e dezoito a dois mil e vinte e um; informes dos balanços das Câmaras Técnicas; discussão do balanço de Atividades do CNDM – gestão de dois mil e quatorze a dois mil e dezessete

LISTA DE PRESENÇA

A presidente do conselho frisa a importância deste conselho e apresentará uma proposta as conselheiras para que tenha uma atividade mais dinâmica dentro da própria SPM para estar mais associado nos quatro departamento. Foi apresentado as justificativas de ausência, As conselheiras Jussara Prá, Notório Saber; Iannuzy Tapajó da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira; Ivânia Pereira Teles estavam com a prestação de contas no sistema PCDP pendentes e não puderam comparecer, a conselheira Renata Smith Cardoso não pode comparecer por problemas de saúde, a conselheira Maria José Moraes não poderá comparecer pois está participando da reunião especializada da agricultura familiar (REAF). Foi solicitado pela Presidente à



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Coordenadora-Geral do conselho que faça a leitura da ata da quinquagésima primeira Reunião Ordinária do CNDM e do grupo de trabalho que discutiu a eleição do CNDM. A Coordenadora-Geral questionou se há necessidade de fazer a leitura para poder então fazer as considerações. A conselheira Lúcia Rincon, indicou a presença de novas conselheiras, e com isso informou que ela entregue e encaminhada anteriormente e já foi levantado algumas preocupações com relação a ATA, ou seja, tem uma avaliação inicial para apresentar e uma proposta de encaminhamento em que não implicaria a reeleitura. A conselheira Chopelly Santos, saudou a todas as companheiras e ressaltou que a ata se referia a eleição. A Coordenadora-Geral Andreia Oliveira, esclareceu que era da quinquagésima primeira e da eleição. A conselheira Chopelly Santos, informou que pela manhã será feito o levantamento das Câmaras Técnicas e à tarde seria feito o balanço sobre as atas e daria prosseguimento a pauta, pois no dia que antecede a esta reunião não foi finalizado o fechamento do balanço interno das Câmaras Técnicas pela ausência de muitas conselheiras. A conselheira Lúcia Rincon diz que o entendimento que tiveram da ata é que as dificuldades apresentada pela Coordenadora está refletida no conteúdo da ata, que não está representado como uma ata, sendo quase uma única transcrição. E tem várias avaliações do que está apresentado no período e sendo assim não deseja apreciá-la neste momento como sendo ata e pediu para que fosse refeita dentro das normas de uma ata para que possa ser aprovada em outra ocasião. Após a abertura começaria hoje os trabalhos fazendo uma discussão com as Câmaras Técnicas separadas, pois devido as dificuldades de passagens de diversas conselheiras não houve a oportunidade de realizar. A conselheira Sheila Sabag, pronunciou-se cumprimentando a todas as conselheiras e complementa a fala das conselheiras Chopelly e Lucia Rincon, as anotações podem ser entregue e com base nisso faça as alterações necessárias, sendo no formato, normas e padrão de uma ata, de forma a facilitar a leitura e entendimento. Houve um debate e foi acordado que fosse relida a ata de eleição, pela conselheira Laudelina Inácio. A presidente do conselho Aparecida Moura, coloca a aprovação e pergunta se há alguma observação a ser considerada, não houve nenhuma observação, sendo assim, teve sua aprovação pela presidente do conselho. Em continuação, foi aprovada a proposta da conselheira Chopelly dos Santos, que se coloque a reunião das Câmaras Técnicas. Após a concluir o debate das quatro Câmaras Técnicas, será exposto o relatório e observações no balanços de cada Câmara Técnica. O relatório terá início com a Câmara Técnica de Legislação e Normas representado pela conselheira Cristiane Kondo, foi realizado uma leitura das atas do triênio dois mil e quatorze a dois mil e dezessete, foram levantados alguns pontos que ficaram sem resposta ou sem encaminhamentos necessários, diante disso foram levantadas algumas propostas: retomada acompanhamento de Projetos de Lei (PL's) e Projetos de Emenda Constitucional (PEC's) que foram indicados como prioritários durante esse



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

triênio. O Projetos de Lei 298/2013 que trata do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência; O Projetos de Lei 6.316/2013 que trata do financiamento das campanhas eleitorais; Projetos de Lei da Câmara 130/2011 que penaliza as empresas que estabelece diferenças salariais entre homens e mulheres; a Convenção 132 que trata da ratificação dos direitos iguais dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive os domésticos; O Projetos de Lei 7.633/2014 que trata da violência obstétrica. Segundo ponto, retomar o desenvolvimento da proposta de elaborar o estudo através de assessoria específica junto ao CNDM sobre efetivação e cumprimento de legislações normativas vigentes sobre as questões pertinentes às mulheres com base nos eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Para isso se faz necessário solicitar aos conselhos estaduais e municipais, informações sobre se há planos, OPM, quais as legislações vigentes que trata de políticas para mulheres. Solicitar as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas se há e qual é o orçamento que está disponível no estado ou município para efetivação de políticas públicas para Mulheres. Retomar encaminhamento sobre elaboração de estudo sobre os impactos da terceirização, sobre a vida das mulheres e a violência institucionais que acontecem no ambiente de trabalho, podendo ser trabalho junto a SPM no departamento de Ações Temáticas. Retomar encaminhamento sobre o desenvolvimento de estudo sobre o impacto da reforma da presidência na vida das mulheres. A necessidade de criar um grupo de trabalho do conselho com a participação de conselheiras de outras Câmaras Temáticas. Maior incidência da Câmara Técnica de Legislação e Normas em matérias específicas e prioritárias em tramitação no Congresso Nacional fazendo recomendações nos Ministérios setoriais e Assessoria Parlamentares com indicação arquivamento, substitutiva, regulamentação e aprovação. Sexto ponto requer cópia do ofício, que trata sobre apresentação Câmara Técnica Legislação e Normas para o Congresso Nacional, que a Assessora Kilvia Teixeira se comprometeu a redigir e entregar pessoalmente no Congresso Nacional, assim como, para bancada feminina. A conselheira Sheila Sabag, complementa dizendo que, diante da atuante relevância atuação do CNDM e das Câmaras Técnicas, no contexto com que haja uma integração entre o Conselho e a SPM, uma atuação maior do Conselho e números de assembleia de reuniões maiores, sendo quatro reuniões ordinárias e duas como extraordinárias, sendo o mínimo. E para que possa atuar com eficácia nas pautas das Câmaras Técnicas é necessário que haja reuniões mensais e com cronograma de atuação. A conselheira Chopelly Santos, adverte que houve um período de nove meses em que este conselho não teve a contemplação de reuniões ordinárias, tornando assim, uma sobrecarga em atrasos e demandas que vem crescendo para com as mulheres em todos os sentidos e reforça que o número de seis reuniões anuais é o mínimo para suprir. A conselheira Sheila Sabag, se pronunciou de forma esclarecedora, de que as novas conselheiras não tem direito a voto e que



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

como não há coro suficiente para votação e aprovação, que seja deliberada e votada na pauta da primeira reunião plenária no novo Conselho. A Coordenadora-Geral, solicitou que fizesse a contagem de coro, sendo dezesseis conselheiras presentes na reunião do mandato de dois mil e quatorze a dois mil e dezessete, por isso não há coro. A conselheira Lucia Rincon, diz que não sendo possível um novo governo aprovar um relatório que não vivenciou e sugere que no próximo mandato seja apresentado as metas e as proposições que estão sendo feitas. A conselheira Eliana Hemeterio, pontua como prioritário a alteração do Regimento Interno no quesito percentual, sendo maior para sociedade civil e menor para o Governo, tornando o peso da sociedade civil maior com intenção de legislar pelo povo. A conselheira Maria Antonia Salgado, passa a palavra para a Câmara Técnica de Relações Internacionais. A conselheira Gláucia Morelli, pronunciou que está prejudicada quanto as integrantes da Câmara Técnica de Relações de Assuntos Internacionais, foi feita uma reunião com as conselheiras Laudelina Inácio e Lucimara Cavalcante, propõe que o conselho apresente aos presidentiáveis deste país uma proposta em que a SPM volta a ter status de ministério e com isso voltar a ter um orçamento considerável e com essa proporção uma estrutura que possa trabalhar e que o conselho delibere na nova gestão uma visita aos candidatos à Presidência da República e entregar este documento a todos eles e cobrar que eles deem divulgação a sua posição, como também a plataforma de Políticas Públicas para Mulheres que eles tem em sua candidatura e posteriormente haja a cobrança. A SPM não continue subestimando o seu papel nas ações das relações internacionais, passou um longo período sem um colaborador da SPM como assessora das relações internacionais, deixando de existir este cargo. Acesso agenda dos possíveis eventos internacionais, entretanto sendo necessário ser pré-preparada, ou seja, a pré-preparação de um relatório a ser apresentado pela SPM em eventos internacionais e aprovado pelo pleno do Conselho, e em seguida pós-relatada. A presença na SPM em eventos internacionais não pode se limitar em determinados eventos que são estabelecidos pelos Organismos Internacionais, é necessário que a SPM e o Conselho estejam inseridos em Fóruns Internacionais que tenham maior incidência na sociedade civil. Importância no próximo mandato faça duas Câmaras Técnicas Especiais, uma para acompanhar e monitorar especialmente a incidência da reforma trabalhista e da reforma previdenciária na vida das mulheres e outra para acompanhar e monitorar as consequência da aprovação da PEC cinquenta e cinco que congelou por vinte anos as verbas em saúde, educação e assistência social na vida das mulheres. Importância de montar um grupo de trabalho, que possa se integrar no órgão colegiado Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP do Ministério da Justiça e outros órgãos correlatos, para acompanhar a questão do tráfico internacional de pessoas. A conselheira Laudelina Inácio ressalta que o conselho não compareceu a duas sessões da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW por motivo de ausência de custeio, a Câmara concluiu que essa ausência prejudicou muito o andamento de todos os encaminhamentos. A conselheira Karoline Soares salienta todas as dificuldades que tiveram para participar dos eventos internacionais, por se tratar de uma Câmara Técnica de assuntos internacionais, embora SNPM tenha tido uma participação na CSW, mas por duas vezes foram organizadas para ir e as companheiras não compareceram isso denota um grande desrespeito não só do Governo Federal, mas também da Secretaria para a sociedade civil e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher. A conselheira Cristiane Kondo, sugesta que ao invés de fazerem a criação de novas Câmaras Técnicas, que fossem criados grupos de trabalhos com esses temas pelo fato de que se forem criadas outras câmaras técnicas as pessoas que estão nestas câmaras não poderão estar presente nessas reuniões ou por que coincidirem com os horários das reuniões. A Presidente (CNDM) Aparecida Moura, fica proposta entre câmara técnica ou Grupo de Trabalho (GT). Eunice Cruz (BPW). Foi feita uma reunião conjunta com as câmaras de monitoramento e planejamento das quais são Presidentes a Antônia e Silvana Veríssimo, nessa gestão foram feitas nove reuniões sendo uma em 2014, 2015, 2016 sendo a última em Florianópolis, salienta-se dentro desse planejamento e monitoramento que apesar de o conselho ter trabalhado com freio de mão de fechado durante todo tempo por conta de questões políticas e termos ficado com orçamento totalmente reduzido, todavia obtivemos conquistas que foram importantes tais como:

- A atenção que foi dada a reivindicação de uma reunião só com a sociedade civil, foi um avanço dentro do caos que o País se encontrava e lamentavelmente se encontra.
- Formação da Coordenação Política que está composta pelas quatro Presidentes das Câmaras Técnicas.
- Fato importante itinerante que aconteceu foi uma reunião que aconteceu em Florianópolis.

Logo após ter constatado esses avanços infelizmente verificamos que o que ficou por fazer foi bem maior e que tivemos uma grande ineficiência que não foi causada pelo esforço das Conselheiras, mas pela conjuntura de forma geral. A questão das dificuldades com o relatório da 4ª Conferência e toda problemática das antigas e para que as novas tenha conhecimento. Sendo assim foram feitos o apanhado com dez proposições que devem ser colocadas, para serem apresentadas no novo conselho com isso evitar uma perda de informações e elevadas dúvidas:

1ª Tenhamos a reactualização do Plano Nacional de Políticas para Mulheres pós conferência.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

2ª Reativação da Assessoria da Diversidade, que é uma assessoria que não trata apenas das questões de gênero mas sim de uma forma geral, ela contempla portadores de deficiência, negros, transexuais enfim são todas as diversidades que precisão esta contempladas.

3ª Reestabelecer o comitê de monitoramento do plano em todos os Ministérios, para ter a realidade do que está acontecendo nos Ministérios.

4ª Adequar de alguma a forma de concessão de passagens, rever a forma de requisição de passagens, para que isso não acarrete desgaste de ter conselheiras com as malas prontas e nas vésperas da viagem não terem as passagens liberadas.

5ª Revisão do Regimento Interno para que fique registrado qual vai ser o processo eletivo da comissão desse novo conselho.

Um fator que incomodou bastante as conselheiras é ter a presidência dentro do governo, o governo passa e a sociedade civil fica a presidência precisa estar dentro da sociedade civil que é quem fica no mandato inteiro, para ter uma condução mais apropriada e sequente de um ponto de vista de gestão.

6ª Temos visto um conselho que na maior parte das questões que atinge as mulheres um conselho omissivo, dessa forma precisa-se de uma pessoa dentro da SNPM que fique atenta para que seja passado para as conselheiras informações assim as conselheiras imediatamente se posicionarem.

7ª A participação do conselho em outros relacionados aos direitos das mulheres as questões das mulheres, que o conselho tenha condição de participar desses encontros nacionais e internacionais e ter visibilidade em todas as localidades.

8ª A continuidade da realização das reuniões itinerantes só dessa forma as conselheiras vão conseguir conhecer as realidades de diferentes, ter uma visão macro de como que acontece a coisas.

9ª Uma visão importante colocada pela Conselheira Antônia, teve uma renovação no conselho alguns setores e categorias saem outras entram mas que o conselho seja uma instancia representativa de todas as mulheres e de todos os seguimentos e que não fique só afeto só com as que estão presentes representadas mas que podemos ser portadora das necessidades que podemos ser a voz de todos os seguimentos das mulheres.

10ª Que possamos trabalhar duramente para criarmos e implementarmos o Sistema Nacional de Política para Mulheres.

A conselheira Lúcia Helena, ressaltou que são anos desse trabalho e com muitas tempestades nessa trajetória, tempestades políticas e mudanças de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

rumo, e com muitas dificuldades estruturais nesse processo. Reafirmo aqui que já foi dito que conseguimos fazer um pouco desse resgate de tudo aquilo que foi de positivo nesse processo. Acentuo ainda outras duas questões para ser pauta há mais de um ano atrás teve um primeiro grande corte nas verbas isso pra quem faz controle social é fundamental destacar isso em abril do ano passado tiveram 62% de corte nas dotações correspondentes à violência isso incidiu sobre nossos programas e todas as vezes que tem cortes quando fui pré-estabelecer essa pauta solicitei que pudesse ter por parte da SNPM um levantamento dos últimos tempos para que assim não sejamos pegos de surpresa para quando tiver um planejamento ser mais bem subsidiado inclusive para fazer esse enfrentamento, o programa para Casa Abrigo baixou de 54 para 16 milhões naquela época e depois disso já tivemos vários outros cortes, para isso precisamos descobrir caminhos e para isso temos que obter informações e dados para analisar a nova gestão precisa trabalhar melhor isso de uma forma mais consistente, juntamos as duas câmaras nessas perspectivas precisou ter o momento desse conselho estabelecer suas prioridades fundamentadas nas possibilidades concretas ou no levantamento orçamentário que temos que apresentar e lutar por ele. A questão citada pela Eunice Cruz (BPW), sobre os comitês de gêneros dos ministérios e a importância da reativação do comitê de monitoramento dentro da própria Secretaria, esse levantamento está sendo feito desde a posse da Secretária Fátima Pelaes e o comitê de monitoramento ele saiu numa construção das gestões passadas de seis ministérios que participavam para poder discutir o que o plano nacional falava e era pertinente a cada ministério e saiu para trinta, trouxe a caixa, banco do Brasil é a instância maior de monitoramento das políticas para as mulheres definidas nas conferências então o porte desse comitê é fundamental para que possa apropriar do que está sendo feito ou não e como que iramos garantir superação dos problemas que surgirem. Eunice Cruz (BPW) acrescenta ainda como conquista que foi trabalho feito comparação entre o planejamento e o orçamento no ministério do planejamento que foi um fato importante para as câmaras técnicas. Ana Karina do Ministério do Planejamento complementa que está com parceria o governo federal e todos os ministérios em conjunto com a CGU e algumas instituições de controle social para informar a sociedade os dados governamentais para isso o ministério do planejamento fez um projeto que se chama OGP e iremos escolher algumas metas e alguns objetivos que os conselhos vão escolher e para fazer o controle social e o monitoramento tempestivo, então os conselhos irão escolher algumas metas e objetivos do PPA a partir disso o ministério do planejamento em conjunto com os órgãos responsáveis pelas metas e objetivos escolhidos vão ser criados um plano de acompanhamento que irá ser disponibilizado para todos os conselhos para se possam ter todas as informações de como que está o andamento dos atributos escolhidos do PPA. A Presidente do CNDM Aparecida Moura reprisa ainda a importância de ser



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

feita uma revisão do Regimento Interno de colocar em pratica um método democrático e mais colegiado dentro do conselho. Quanto à paridade ou não se acredita que algo muito maior nos identifica que é a pauta feminina, empoderamento feminino que são as políticas públicas mais eficazes para as mulheres e outras mais contidas no nosso plano nacional de políticas para mulheres. A respeito do comitê de monitoramento colocado pela conselheira Lúcia Helena, vai ser apresentado um relatório de todas as diretorias de todas as ações realizadas, das perspectivas de ações até dezembro desse ano. Como proposta já que foi colocada a questão das solicitações das passagens e diárias para que todas as conselheiras saibam os mecanismos e sistema que e como é feito dentro as SNPM e quando extrapola nossas atribuições visto que até dez dias antes conseguimos emitir as passagens e diárias dentro dos conforme passaram do prazo as passagens caem para autoridade superior assim trazendo complicações nas questões podendo causar o atraso ou até mesmo não ter as passagens. A Coordenadora- Geral do CNDM Andreia de Araujo, conclui-se sobre as questões da emissão de passagens e diárias que o programa PCDP faz a compra de passagens e diárias e que foram feitas o cadastro com antecedência logo após as eleições sendo que algumas conselheiras receberam antes, só que o sistema ele funciona por etapas e por diversas aprovações e passa por agência de viagens tendo um processo um pouco longo, por alguns motivos esse processos ficaram cinco passagens das conselheiras que não avançava as etapas que seriam necessárias, expirando o prazo de dez dias e foi preciso da autorização da Secretaria de Governo-SEGOV que como norma interna necessita de uma justificativa visto que quando e feita antes do prazo essas passagens onera mais de 50% do valor muitas vezes, e para justificar essa despesa a mais é preciso abrir processo criar diversas justificativas. A presidente do CNDM Aparecida Moura propõe a convidar a servidora da SNPM que cuida do setor de passagens para passar com clareza todas as tratativas que é feito pelo sistema. É interessante a questão que foi colocada sobre o comitê de monitoramento que é justamente o que está sendo proposto para ser discutido pela gestão do conselho fazer com o que as conselheiras construam juntamente e possa participar dentro da SNPM no dia a dia de alguma forma, temos quatro departamentos de repente cada mês uma conselheira terá dois dias ou três dias para estar dentro daquele departamento como se fossem o dia a dia para saber como que funciona a questão das ações, projetos, convênios. Ao final quando for fazer a revisão do regimento interno, participar dos eventos e monitoramento da SNPM o mais importante à cima disso tudo se contribuição para melhoria da SNPM, melhoria das ações do conselho temos mais é que aceitar e a atualização desse regimento interno que é muito importante. Sheila Sabag da Rede Nacional Feminista ressalta que a partir do novo regimento interno iniciar o processo de análises e propostas do novo regimento, o conselho e responsável por essa elaboração de novas propostas e inclusões do regimento interno e da própria



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

legislação. As pautas são aprovadas sempre por quórum menor. A presidente do CNDM Aparecida Moura enfatiza o e-mail enviado as conselheiras do relatório da gestão. Coloca espaço para análise do relatório para que haja uma manifestação. A coordenadora-geral do CNDM Andreia de Araujo coloca em discussão o formato desejado para trabalhar esse relatório de gestão pelo conselho. A intenção dessa proposta da secretaria do conselho preparou para poder apresentar era a partir dos documentos das atas que constam da trigésima nona reunião até a quinquagésima primeira mostrar um pouco do trabalho que foi feito pelo conselho sendo que grande parte desse trabalho não estava à frente da coordenação então se encontra dificuldade de achar o que são prioridade ou não, mas dentro de um formato de uma lógica pensamos em um formato que pudesse apresentar as novas conselheiras a importância do conselho e as principais ações que foram realizadas.

CNDM trinta e três anos de história

O CNDM foi criado em 1985 mas essa história começa dez anos antes, em julho de 1975 ano internacional da mulher um grupo feminista organiza no Rio de Janeiro uma semana de palestras com o tema a Condição da Mulher Brasileira nesse mesmo ano é criado o Centro da Mulher Brasileira primeira organização feminista da chamada Nova Onda um feminismo que se amplia para além das demandas dos direitos legais. Os assassinatos de mulheres de classe média divulgados na mídia acelera a organização entorno da violência com a formação do SOS Mulher o slogan "Quem ama não mata" toma o país, são realizadas em 1982 as primeiras eleições diretas para os governos de estados desde golpe militar de 1964, no Rio de Janeiro um grupo de feministas encaminha aos candidatos suas demandas um alerta feminista para as eleições, em 1984 acontece em São Paulo o seminário da mulher e política com a participação de feministas e mulheres parlamentares em que é proposta a ampliação de organismos executivos nacionais de direito das mulheres como parte indispensável no processo de restauração da democracia.

A ideia desse primeiro slide é trazer um pouco da história e essa parte documental ela faz parte de um Prodoc que foi contratado pelo SNPM há uns anos atrás para resgatar a história do conselho.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Foi criado em 1985 pelo lei 7.353 de 1985 a 2010 o CNDM teve suas funções e atribuições bastante alteradas em 2013 ele passou a integrar a estrutura da SPM e contar em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo. isso ampliou significante o processo do controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

O que é o conselho?



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O CNDM é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa que possui a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas a promoção dos direitos das mulheres e atuação no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

O conselho regulamentado pelo decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008 modificado pelo decreto 8.202, e seis de março de 2014 e por seu Regimento interno.

Como é formado?

O CNDM é constituído por quarenta e uma conselheiras titulares, sendo:

21 representantes da sociedade civil,

16 representantes governamentais,

3 conselheiras de notório conhecimento nas questões de gênero e,

1 conselheira emérita, escolhidas no artigo 3º do Decreto 6.412/08.

CNDM- Realizações do Triênio 2014 e 2017.

A posse das conselheiras aconteceu no dia 20/05/2014.

Balanço das reuniões

Segundo regimento interno, as reuniões ordinárias do CNDM são realizadas trimestralmente e as extraordinárias ou emergenciais sempre que necessário por convocação da Presidenta ou de um terço das titulares.

No triênio de 2014 - 2017 foram realizadas 12 reuniões ordinárias da 39ª a 51ª.

Quais foram os assuntos mais recorrentes nas pautas?

- Programa mulher viver sem violência
- Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
- Mulher e Previdência
- Casa da Mulher Brasileira
- Análise da conjuntura política
- Orçamento da SNPM
- Comissão da situação das mulheres na CSW

A conselheira Caroline situa um ponto estratégico que seria de colocar em pauta Mulher e reforma da Previdência e Mulher e reforma trabalhista. A conselheira Lúcia Helena Acrescenta também a colocar a participação política



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

em particular quando houve a discursão das cotas no Senado e Câmara, teve uma interlocução muito presente através da assessoria política significativa. A conselheira Andreia cita o plano nacional de políticas para mulheres. A conselheira situa a questão das empregadas domésticas a lei do trabalho doméstico que foi muito discutido e o PL da igualdade. Iniciativas de destaque do Triênio de 2014 - 2017- A participação da primeira conselheira transexual no CNDM; Acompanhamento do projeto, construção e implementação das Casas da Mulher Brasileira; Acompanhamento da lei do feminicídio, sancionada em 2015; A realização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, Acompanhamento da proposta da Reforma da Previdência; Inclusão da violência obstétrica no Ligue 180; Participação do 13º Mundo de Mulheres Fazendo Gênero.

4ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres

O CNDM e a SPM foram os responsáveis pela realização da 4ª CNPM, o evento que reuniu três mil mulheres de todo Brasil, aconteceu nos dias 10 a 12 de maio de 2016 em Brasília, delegadas dos 26 Estados do Distrito Federal debatem avanços relacionados aos direitos das mulheres e fizeram diagnóstico das conquistas obtidas nos últimos anos. O processo conferencial iniciado em junho de 2015 com as etapas preparatórias aconteceu em cerca de 2500 cidades onde mobilizou mais de 150 mil pessoas entorno dos debates das conferências municipais e intermunicipais.

O conselho nacional dos estados:

O CNDM tem em seu cadastro 765 conselhos dos direitos da mulher, sendo 24 conselhos estaduais, 1 distrital 740 municipais. Um crescimento de 49%, se comparado ao ano de 2015. Última vez que foi feito um levantamento dentro da secretaria. A região nordeste concentra o maior número de conselhos, totalizando 219. Destaca-se os estados do Ceará, com 61 e Pernambuco, com 65. Em seguida o sul apresenta 214 conselhos, Sudeste com 189, Centro-oeste com 68 e o Norte com 26. Pautas das Reuniões: 39ª Reunião Ordinária do CNDM; Reunião realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2014.

Dia 20 - Resultado processo Eleitoral para o CNDM; Referendo sobre a decisão do desempate das entidades: Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA e Associação Brasileira de Mulheres de Carreiras Jurídicas/ABMCJ, ambas receberam 24 votos, Posse das Conselheiras mandato de 2014 - 2017 Recondução das Conselheiras de Notório Conhecimento nas Questões de Gênero Maria Betânia Ávila/ SOS Corpo e Jacqueline Pitanguy/CEPIA, e substituição da Conselheira Aparecida Sueli Carneiro; Rodada de apresentação das Conselheiras Governamentais e da Sociedade Civil; Informe sobre o Prêmio "Feministas Históricas".



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Justificativa das ausências das Conselheiras e Aprovação da Ata da 15ª Reunião

Ordinária do CNDM.

Dia 21/05:

Reabertura dos trabalhos e informes gerais – Ministra Eleonora; Formação das Câmaras Técnicas (de Legislação e Normas; de Assuntos Internacionais; de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento); Indicação de três Conselheiras da Sociedade Civil (titulares e suplentes) para representar o CNDM no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e proposta que integrantes da Sociedade Civil da CT de Monitoramento do PNPM representem o CNDM no Conselho do Observatório, Informes das Secretárias Vera Soares (SAIAT), Tatau Godinho (SAE); e Aparecida Gonçalves (SEV) e da Assessora Especial para Políticas das Mulheres do Campo e da Floresta – Raimunda de Mascena. 40ª Reunião Ordinária do CNDM: Reunião realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2014.

Dia 19:

- Abertura e Informes Gerais;
- Apresentação das novas Conselheiras - Justificativa das Ausências – Aprovação da Ata - Ministra Eleonora
- Atualização do Programa “Mulher Viver Sem Violência” – Aparecida Gonçalves/Secretária/SEV; Rosângela Rigo/Secretária Adjunta/SEV; Marcelo

Pontes/Diretor/SEV; Raimunda de Mascena/Assessora Especial para Questões do

Campo, da Floresta e das Águas/GM e Neuza Tito/Secretária Adjunta/SAE, seguida de

Discussão e esclarecimentos;

- Apresentação da Política Nacional de Participação Social e do Sistema Nacional de Participação Social: Repercussões e Desdobramentos – Dr. Marcelo Pires Mendonça/Coordenador-Geral de Mecanismos Formais de Participação

Da Secretaria Geral da Presidência da República, seguida de discussão e esclarecimentos;

- Apresentação das “Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015” – Dr. Mário Gustavo Mottin/Coordenador-Geral de Desenvolvimento Sustentável/MRE, seguida de esclarecimentos.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

- Apresentação da Agenda Transversal no Governo Federal – Dra. Esther Bemerguy/Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento/MPOG e por Ana Lúcia Starlyng/MPOG/SPI, seguida de discussão e esclarecimentos.
- **Dia 20/08:**
 - Reabertura da reunião e Informação sobre a formação da Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres a realizar-se em 2015, seguida da indicação de duas Conselheiras Governamentais e duas da Sociedade Civil – Ministra Eleonora.
 - Informes da Secretária Executiva Lourdes Bandeira; da Secretária Vera Soares/SAIAT; da Coordenadora Geral/SAE Simone Schaffer e da Secretária Adjunta/SEV Rosângela Rigo, seguidos de discussões e esclarecimentos.
 - Relatos das Câmaras Técnicas, seguidos de esclarecimentos e encaminhamento.

41ª Reunião Ordinária do CNDM

Reunião realizada nos dias 04 e 05 de novembro de 2014.

Dia 04/11:

- Abertura da Reunião e Informes pela Ministra Eleonora
- Posse do Conselheiro Titular Fábio Meirelles/MEC e da Conselheira Titular Bárbara Pincowska C. Campos/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS
- Justificativa das Ausências
- Aprovação da Ata.
- Esclarecimento de dúvidas dos informes previamente enviados pela Secretária Executiva Lourdes Bandeira (Anexo nº 01); Vera Soares/SAIAT (Anexo nº 02); Tatau
- Godinho/SAE (Anexo nº 03) e Aparecida Gonçalves/SEV (Anexo nº 04).
- Balanço Geral da Gestão da SPM (2012 a 2014) – Ministra Eleonora Menicucci (Anexo nº 05)

Dia 05/11

- Abertura e Informes pela Ministra Eleonora.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

- Relato da Secretária Executiva, Lourdes Bandeira, sobre sua participação na 1ª Conferência Extraordinária dos Estados que participaram da Convenção de Belém do Pará, realizada na Cidade do México.
- Relato das Câmaras Técnicas: de Monitoramento do PNPM e Planejamento e Orçamento; de Legislação e Normas e de Assuntos Internacionais.
- Apresentação da Pesquisa “Estatísticas de Gênero: Uma análise do Censo Demográfico, 2010” – Secretária Vera Soares/SAIAT
- Apresentação da Proposta do GT sobre a IV CNPM pela Assessora Especial Sonia Malheiros, seguida de discussão e formação da Comissão Organizadora da 4ª CNPM.

42ª Reunião Ordinária do CNDM

Reunião realizada nos dias 03 e 04 de março de 2015.

Dia 03/03:

- Reunião das Câmaras Técnicas (de Monitoramento do PNPM e Planejamento e Orçamento; de Assuntos Internacionais; de Legislação e Normas e da CTE Observatório de Gênero);
- Abertura da reunião pela Ministra Eleonora Menicucci e homenagem às servidoras da SPM Rosângela Rigo e Maria de Lourdes Rodrigues, vítimas fatais de um terrível acidente automobilístico;
- Apresentação do representante do INSS sobre a Mulher e a Previdência Social, seguida de discussão.

A conselheira Chopelly Interrompe e pede para abrir as discursões das pautas e que não necessidade da leitura dos slides.

A Conselheira Sheila, parabeniza o trabalho feito pela Coordenadora Geral do CNDM, pelo levantamento feito de buscar as atas, de ter fazer a leitura de relatar isso tudo pro histórico do Conselho isso é muito interessante. Sugesta de fazer um relatório mensal das atividades dos conselho para ter uma visão geral.

A conselheira Carolina Soares, uma questão que a aflige se a conselheira Telma que irá tomar posse, tem deficiência visual se ela vai ter acesso a esse material para que ela possa se apropriar dessa discursão.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Coordenadora Geral da SPM Andreia Araujo, informa que o material foi enviado eletronicamente e questiona a conselheira Telma, se material enviado foi acessível ou se ela deseja que faça alguma adaptação.

A conselheira Telma, cumprimenta a todos com satisfação de estar com todas presente, e informa que recebeu o material mas todos os matérias que estão na pasta teve alguns que não foi recebido e já foi conversado com a Coordenadora Geral do CNDM Andreia de Araujo para que seja encaminhado por e-mail, estando em formato word ou pdf estando acessível já facilita totalmente, inclusive envio do regimento interno.

A conselheira Eunice, sobre a sugestão dos pontos colocado da conselheira Sheila, da discursão da ata da reunião passada se isso ficaria também como propositura para o conselho aprovar próxima reunião do pleno.

A conselheira Chopelly, replica para ser colocado todas as inquietações que foram levantadas na reunião passada, a Coordenadora Geral Andreia de Araujo já recebeu as considerações do que deveria estar na ata da quinquagésima primeira reunião, agora a ata da quinquagésima primeira se é aprovada na próxima reunião, pois será ainda feita.

Ainda sobre questão da acessibilidade especificamente falando da Conselheira Telma, a possibilidade dela ir com acompanhante, nos demais conselhos isso já possível e no conselho da Mulher também. E também ter esse cuidado que essa é minha eterna discursão com a SEGOV já enviei parecer medico atestando problemas de trombose as necessidades de voos, os conselhos precisam ter esse olhar para suas Conselheira.

Também havia sido discutido nas reuniões anteriores a questão das Conselheiras virem um dia antes até mesmo para sejam discutidas algumas coisas antes para poder levar para o Conselho e até mesmo por conforto, para que não haja um cansaço assim atrapalhando a produtividade.

A Coordenadora Geral do CNDM Andreia de Araujo, propõe as Conselheiras sugestões de encaminhamentos pros debates de agora a partir desse momento depois da apresentação?

A Conselheira Sheila, informa que será feito um balanço.

E que a partir da quinquagésima primeira ata:

Nós lemos a ata toda e fomos grifando os pontos a qual faríamos algumas considerações a fazer e algumas reflexões, e encontramos alguns pontos positivos e pontos não positivos.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

De pontos positivos:

Foi a itinerância do CNDM com a participação no Fazendo Gênero de Mulheres;

A não participação das Conselheiras na segunda Conferência Nacional de Saúde das Mulheres;

A não disponibilização dos Slides do Projeto Rede Brasil Mulher;

A falta da discussão Política do Projeto Rede Brasil Mulher;

A falta de discussão sobre o Sistema Nacional de Política para as Mulheres, o Prodoc da ONU Mulheres;

A não participação das Conselheiras no Fórum Inter Conselhos e a consequência da não participação, que foi onde o CNDM não encaminhou propostas para o Monitoramento Tempestivo do Governo aberto OGP,

Deliberação sobre a realização de reuniões extraordinárias que não ocorreu, o processo eleitoral e discutir qual foi o embasamento jurídico pensando na questão da atualização do regimento interno para a não participação civil na Comissão Eleitoral;

A não participação por dois anos consecutivos das Conselheiras na CSW

E nas reuniões preparatórias;

E a não aprovação das atas anteriores.

Deixar registrado que as atas anteriores não foi aprovada no plenário.

A Coordenadora Geral do CNDM Andreia de Araujo, questiona a partir de quais atas não teve aprovação no plenário.

A Conselheira Sheila, informa que a partir 47º a quinquagésima primeira não foram aprovadas no plenário. A partir da entrada da Ester de Paula como Coordenadora do CNDM.

A Conselheira Heliana Hemetério, pressupõe que a Coordenadora Geral Andreia de Araujo terá um trabalho muito grande a frente pela visão que obteve, pelo pouco tempo está buscando melhorias, então vai caber a você fazer essa organização, por que o que ficou muito claro é que quem respondia pela burocracia e administração da Secretaria e do Conselho não sabia nem pra onde ia. Então a Andreia de Araujo retomando esse trabalho dessa maneira e dando continuidade da maneira que está sendo organizada com o tempo vai ser possível, e o



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

restante para andamento do Conselho não resta que a todo impulso político, questões meramente políticas que a companheiras e com a sociedade civil vão ter que se organizar no planejamento estratégico, que cabe a Secretária do Conselho articular dentro da Secretaria não pode existir um Conselho que não tenha interlocução com a Secretaria de origem, e uma coisa que percebi a relação entre a Secretária e o Conselho embora ela fosse Secretária e Presidenta do Conselho parece uma articulação era pífia a articulação política, não tinha andamento da Presidenta do Conselho para a Secretaria mesma pessoa estando nos dois cargos, quando forem fazer a reforma de legislação isso tem que ser colocado como prioridade, vejo que não adianta ela ser Secretária e ser Presidenta do Conselho por que cabe a ela mandar para a secretaria e ela mesma resolver, dar a resposta política demanda.

E para encerrar agradece as companheiras por ter sido escolhida como Notório Saber e lamenta imensamente não poder deixar nesse Conselho o acúmulo que não é pouco são trinta anos à frente de uma discussão de Gênero, Raça e Sexualidade, há trinta anos discutindo Violência Doméstica entre mulheres e todo tipo de Violência. "Ser negra, ser mulher no País machista, negra no país racista, lésbica, travesti, transexual, no país LGBT fóbico é resistir todos os dias, achando que a luta continua, embora eles continuam com esse projeto fundamentalista eles não nos mataram, até hoje não acabaram conosco e eles não nos mataram, continuaram a sobreviver, é preciso ter a noção quando a educação tira dinheiro e proíbe identidade de gênero e a discussão de gênero está falando de mulheres e quando chegamos aqui e vemos que não temos má assessoria da Diversidade estamos falando novamente de mulheres, quando chegamos no Conselho de saúde e não conseguimos ainda dizer que a importância da Política Nacional de Políticas para Mulheres, para negros Isso tem a ver com as mulheres, quando olhamos para o fundamentalismo eles estão dizendo não as mulheres e a partir de nós que tudo se transforma e não se pode perder de vista, todas as vezes que eles querem fazer reforma eles querem matarem as mulheres.

A Conselheira Eunice Cruz, criticou o horário e pediu para que melhorasse a funcionalidade e o comprometimento com os horários para não haver atrasos.

A Conselheira Glaucia Morelli, ressalta sobre as publicações das resoluções do Conselho do Diário Oficial que isso não tem existido e isso consta no Regimento Interno, com isso torna uma desvalorização deste Conselho da Mulher, visto que tem publicações das resoluções no Diário Oficial nos outros Conselhos, e questiona porque no Conselho da Mulher não tem?



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

E supõe que isso tem relação com esse Conselho Nacional com os demais conselhos do Brasil, que ainda são muito poucos mas são insuficientes o que discuti e decide apenas pelo site da SPM que aliás o nosso Conselho deveria ter o próprio site.

A Conselheira Lucia Rincon, acrescenta, nós estamos em busca de elementos para nos apoiar para fazermos melhor aquilo que nos dispusemos aquilo que é defender em nível Nacional Políticas Públicas que minimizem o sofrimento de mulheres que apontem uma sociedade com menos sofrimento, de forma a amadurecer esse processo e com essas palavras se despede honrada por ter participado desse Conselho por esses anos.

A Conselheira Isis Tavares, Faz suas considerações finais, fala da importância de cada uma das Conselheiras que estão saindo agora do Conselho, e também que o fica dentro de toda compilação de uma prestação de contas do Conselho foi a grande combatividade de todas na defesa dos Direitos das Mulheres e de todos os pontos de vista que já foram colocados.

A Conselheira Antonia Salgado, representante do movimento das Mulheres na Amazônia que é o (MAMA), e disposto a contribuir mesmo estando fora dessa gestão e que foi uma decisão do movimento e que fosse feito no período que o Conselho vai ter de gestão até dois mil e vinte um ficássemos de fora não concorrêssemos as eleições por conta de várias considerações que se tem interna dentro do movimento e por conta de não ter realizado o encontro regional que será em novembro que inclusive está sendo bastante mobilizado.

A Conselheira Cristiane, solicitou uma avaliação de conjuntura do conselho.

A conselheira Carol Chaves, Fez as considerações finais e apresentou que no decorrer dos anos tentava trazer novas demandas da mulher brasileira e informa seu afastamento e será substituída.

Eunice Cruz, solicitou uma credencial para as Conselheira do CNDM representando como um título.

Secretaria Aparecida Moura, coloca duas observações referente a colocação da Conselheira Isis Tavares; onde se ver o crescimento a implementação dos Conselhos Municipais, Estaduais pela própria Secretaria dos convites recebidos, das visitas. Houve um avanço na área da Política para Mulheres e dos 30% do fundo partidário para as candidaturas femininas.

Finaliza agradecendo a presença de todos e encerra-se a reunião as dezessete e cinquenta horas